ISCTE IUL
REPOSITÓRIO
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:
2025-01-20

Deposited version:
Accepted Version

Peer-review status of attached file:
Peer-reviewed

Citation for published item:
Gato, M. A. (2024). 20 anos de Parque das Nações: A maturidade de um território que se mantém seletivo . In Paulo Tormenta Pinto, Ana Brandão (Ed.), Os grandes trabalhos e o desejo da cidade de exceção : Duas décadas de transformação urbana e arquitetónica em Portugal . (pp. 59-68). Lisboa: Circo de Ideias.

Further information on publisher's website:
https://www.circodeideias.pt/produto/os-grandes-trabalhos-e-o-desejo-da-cidade-de-excecao/

Publisher's copyright statement:
This is the peer reviewed version of the following article: Gato, M. A. (2024). 20 anos de Parque das Nações: A maturidade de um território que se mantém seletivo . In Paulo Tormenta Pinto, Ana Brandão (Ed.), Os grandes trabalhos e o desejo da cidade de exceção : Duas décadas de transformação urbana e arquitetónica em Portugal . (pp. 59-68). Lisboa: Circo de Ideias.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0
The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Serviços de Informação e Documentação, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
Av. das Forças Armadas, Edifício II, 1649-026 Lisboa Portugal
Phone: +(351) 217 903 024 | e-mail: administrador.repositorio@iscte-iul.pt
https://repositorio.iscte-iul.pt

20 ANOS DE PARQUE DAS NAÇÕES: A MATURIDADE DE UM TERRITÓRIO QUE SE MANTÉM SELETIVO

Maria Assunção Gato
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET-Iscte
maria.gato@iscte-iul.pt

Introdução

O Parque das Nações é o maior legado urbano, cénico e simbólico que a Exposição Mundial de Lisboa – Expo'98 – deixou à cidade. Estendendo-se por uma faixa com cerca de 5 quilómetros de frente de rio na zona oriental de Lisboa, este grande projeto urbano regista pouco mais de duas décadas sobre o início da sua construção, que decorreu mais rápido do que o previsto. Entretanto, o Parque das Nações continua a distinguir-se pelas características únicas que estão na sua génese e que viriam não só a enquadrar as circunstâncias excecionais envolvidas na fase de desenvolvimento urbanístico, como também todo o processo de gestão territorial que antecedeu a criação da mais recente freguesia de Lisboa com o mesmo nome.
No âmbito das estratégias de marketing territorial, a excecionalidade foi uma das "marcas" associadas ao Parque das Nações para o promover e comercializar junto dos públicos-alvo. Contudo, a expressividade simbólica de um território único ganharia especial amplitude na causa administrativa empreendida pelos residentes, tanto para reclamar inclusões territoriais, como para justificar pertenças identitárias. Os resultados de anteriores investigações realizadas junto de residentes do Parque das Nações (Gato, 2014, 2015) permitiram identificar diferentes estratégias de diferenciação espacial e social num território de características únicas e socialmente bastante homogéneo. A essa realidade paradoxal de origem vem juntar-se a nova situação sócioespacial resultante da reorganização administrativa. Revisitar as idiossincrasias sociais e espaciais deste território único e perceber alguns efeitos decorrentes da criação da freguesia Parque das Nações através das perceções dos residentes constitui o objetivo deste texto.
A reflexão que se apresenta tem por base a análise de conteúdo realizada a dois conjuntos de entrevistas semi-dirigidas a residentes do Parque das Nações. O primeiro conjunto de 20 entrevistas[1] foi recolhido entre 2009 e 2010. O segundo conjunto[2] integra 15 entrevistas realizadas entre 2016 e 2021, pelo que apenas neste foi contemplada a nova realidade administrativa enquanto tópico de análise, uma vez que a freguesia Parque das Nações foi criada no final de 2012. A um primeiro ponto de contextualização sobre o território em análise segue-se um outro, onde através dos resultados extraídos das entrevistas é possível traçar uma breve caracterização da população residente que, em termos socioeconómicos tem-se mantido inalterada. O mesmo se poderá dizer das suas representações sociais, transversalmente ancoradas na pertença a um território que, não obstante os novos contornos administrativos, mantem a mesma identidade coletiva de base.

A excentricidade que se fez cidade

Atualmente o Parque das Nações já não se apresenta como o novo pedaço de "cidade imaginada" que Lisboa recuperou do "lixo industrial" graças à Expo'98. A enorme faixa ribeirinha a oriente, desenhada ao pormenor e erguida do zero quase em simultâneo, já

[1] Identificado por 1º.
[2] Identificado por 2º.

atingiu a maturidade suficiente para ser melhor assimilada pela cidade. Contudo, nem a cidade perdeu a memória da Expo'98 e da importância representativa deste legado urbano ímpar chamado Parque das Nações, nem a maturidade lhe ofuscou o brilho ou diminuiu o interesse enquanto caso de estudo. Passados pouco mais de 20 anos, este território continua a ser apontado como distinto, inovador e exemplar em termos de produção urbana e soluções arquitetónicas[3]. Não menos interessante é a dimensão socioeconómica refletida no conjunto dos seus residentes, ou a expressividade simbólica que imprimem no espaço onde habitam.

O privilégio de ter o rio Tejo como cenário, oferecer um espaço público de qualidade, disponibilizar equipamentos-âncora de escala urbana e metropolitana, coabitar com uma "montra" arquitetónica de autores "estrela"[4] e suportar todo o espaço construído em infraestruturas inovadoras continuam a ser elementos de referência para aproximar o Parque das Nações da "cidade ideal" (Figura 1). Adicionando-lhe o *slogan* da "nova centralidade" urbana conseguir-se-ia a narrativa perfeita para alcançar três grandes objetivos: i) converter um território duplamente marginal – quer pelos anteriores usos, quer pela localização periférica face à cidade – numa produção urbana bastante valorizada e socialmente seletiva; ii) desenvolver uma eficaz campanha de *marketing* territorial que ampliasse esse valor em todas as dimensões e que mitigasse as desconfianças face ao projeto urbano, incluindo todo o processo de gestão com ele relacionado; iii) atrair os públicos-alvo pretendidos.

Figura 1. Parque das Nações, zona Sul. Fonte: Autor

Com efeito, a engenharia financeira desenhada para custear a Expo'98 assentava na venda do projeto urbano concebido para a sua Zona de Intervenção ao setor privado.

[3] "Digamos que esta aura de sítio privilegiado que é o Parque das Nações se mantém. Não tenho dúvidas nenhumas sobre isso" (Aníbal, 38, engenheiro, 2º); "O Parque das Nações ainda se mantém um sítio especial. Quando digo que moro no Parque das Nações, isso é uma coisa que é apreciada, a esse nível acho que não perdeu nada" (Joana, 42, arquiteta, 2º).

[4] Inspirado nos termos em inglês *star architecture* e *starchitecture* (cf. La Cecla, 2011; Ponzini, 2011, 2014; Ponzini et al., 2016).

Desta forma, era esperado que as excecionais características de uma "cidade ideal" com ambições de "nova centralidade" contribuíssem para promover produtos imobiliários dirigidos a estratos socioeconómicos mais elevados, mantendo-se em expectativa os efeitos decorrentes dessa seletividade sócioespacial, quer à escala interna, quer nas interações com os territórios vizinhos e com a cidade alargada.
A construção do Parque das Nações em cerca de metade do tempo inicialmente previsto comprovou o grau de sucesso na prossecução dos objetivos traçados pela entidade promotora do projeto, a Parque Expo S.A.[5]. Com efeito, o "território multifuncional e com forte poder de atração" concebido nos Planos foi-se materializando no terreno e enchendo rapidamente de construção, empresas, residentes, visitantes e muita agitação, ultrapassando uma situação de partida que era geograficamente excêntrica e simbolicamente marginal no contexto urbano. Convém relembrar que Lisboa sempre privilegiou a expansão ao longo do arco ribeirinho ocidental, destinando ao arco oriental as indústrias pesadas e poluentes, infraestruturas portuárias, aterros sanitários e outros equipamentos menos dignos, bem como bairros de habitação social.
As "traseiras" poluídas e obsoletas da cidade de Lisboa renasceriam como um lugar "mágico", nas palavras de muitos residentes. A sensação de viver num "lugar de férias" que afinal é dentro da cidade ou, numa espécie de "redoma de vidro" capaz de proporcionar um estilo de vida único em Lisboa, não são apenas referências propagandísticas que ressoam nos discursos dos residentes. A "magia" que eles continuam a atribuir ao Parque das Nações inspira-se numa estetização e estilização da vida e do quotidiano (Bourdieu, 1979; Featherstone, 1991; Lury, 1997; Zukin, 1995) cujos efeitos remetem para a recriação de espaços de encantamento, capazes de inspirar nos seus utilizadores sensações de bem-estar e de "sentido de lugar" (Featherstone, 1997). A par dessa pertença espacial também se fomenta uma identidade social para ir enquadrando a forma como se deve ser e agir[6] nestes lugares cenográficos e seletivos. Do contraponto com a imagem depreciativa face aos "outros" utilizadores do espaço público, os residentes do Parque das Nações acabam coincidindo na narrativa auto identitária para se caracterizarem enquanto grupo homogéneo – indivíduos com formação académica superior, empregos estáveis e relativamente bem remunerados, estratos sociais médio-superiores, bem vestidos, discretos e educados.

Habitar entre (des)iguais

Além das especificidades urbanas e arquitetónicas, o Parque das Nações também é um caso de estudo de referência para melhor perceber as novas classes médias urbanas e a sua cultura de habitar (Atkinson & Bridge, 2005; Cusin, 2012; Lees, 2008; Thomas & Pattaroni, 2012). Enquanto alvos preferenciais da seletividade social exercida pelos

[5] A Sociedade Parque Expo'98 S.A. foi a empresa de direito privado e de capitais exclusivamente públicos criada para executar todas as atividades necessárias à realização da Expo'98 e respetivo projeto de regeneração urbana. Entre os anos de 2000 e 2011 - altura em que foi anunciada pelo governo a intensão de a extinguir - a Parque Expo redefiniu-se como empresa de prospeção, conceção e gestão de projetos de renovação urbana e ambiental, tendo a seu cargo vários programas POLIS em Portugal e outros projetos no estrangeiro, juntamente com a gestão urbana do Parque das Nações. Esta responsabilidade de gestão deveria ter cessado no ano 2000, mas foi sendo prolongada no tempo devido à dificuldade em encontrar um modelo de gestão administrativa para aquele território que conciliasse as reivindicações dos concelhos de Lisboa e Loures. Esta situação ficaria resolvida só em 2012, com a nova redefinição administrativa do concelho de Lisboa e com a formação da nova junta de freguesia Parque das Nações.
[6] "Eu distingo os residentes dos visitantes pela maneira de vestir, de falar e de estar" (Vasco, 41, gestor, 1º); "percebe-se que os visitantes são de estratos sociais mais baixos, às vezes por comportamentos e, outras vezes pela aparência das pessoas (…) E depois há casos crónicos de comportamento, do tipo falar muito alto…(Luís, 31, economista, 1º); "Ao fim de semana vem para aqui gente muito popular, que fala muito alto, que se expõe muito" (Elsa, 47, professora, 1º) "Nota-se realmente que [os visitantes] não são daqui do Parque das Nações. Vê-se isso pelo género da pessoa…ou pelo menos, não são pessoas do género que esperaria que vivessem no Parque das Nações ou que eu conheço (Marta, 44, professora, 1º).

mercados imobiliários e financeiros, as novas classes médias urbanas têm vindo a ser protagonistas de processos de produção e revitalização urbanas desenvolvidos em territórios geograficamente mais periféricos, mas não menos valorizados do ponto de vista social, económico e até simbólico, como é o caso das frentes de água. Se para estes estratos socioeconómicos a escolha do espaço residencial se converteu num dos principais instrumentos de diferenciação e identificação social, as capacidades económicas que lhes são atribuídas – por via das qualificações obtidas e profissões desempenhadas – também alimentam a apetência por padrões de consumo distintivos[7]. Perante o investimento económico e simbólico na escolha do lugar de residência para "estar entre iguais", é reconhecida a demarcação identitária e espacial face aos visitantes. Se a perceção de um excessivo número de visitantes em permanência no Parque das Nações continua sendo um elemento perturbador da qualidade de vida dos residentes, o evitamento[8] que lhes é dirigido não só reforça as pertenças identitárias num espaço tão seletivo, como protege os valores sociais e reputacionais que ele representa[9]. Antes de 2012, o cruzamento das pertenças sociais e espaciais assumia especial relevância, dado que a unicidade territorial do Parque das Nações face ao exterior contrastava com a pluralidade sócioespacial interna. A divisão administrativa do Parque das Nações entre os concelhos de Lisboa e Loures assumiu sempre uma grande relevância na forma como os residentes se identificavam entre eles[10], não obstante a gestão do território ter-se mantido assegurada pela empresa Parque Expo. Além desta divisão, a leitura de um território repartido por três zonas (norte, central e sul) e atravessado por uma faixa distintiva de edifícios de primeira linha paralela ao rio, complementava o complexo jogo identitário dos residentes. Dele se extraiu a confirmação de que as características da zona residencial de pertença resultam sempre mais valorizadas face às outras, justificando a sua eleição como a melhor zona do Parque das Nações para se viver.

---

[7] "O Parque das Nações é socialmente bastante homogéneo. As casas são todas de custo acima da média e imagino que sejam compradas por pessoas com estudos superiores, quadros médios/superiores, com posições de chefia" (Sílvia, 39, professora, 1º); "As pessoas que habitam nesta zona e que a gente conhece têm idade para terem algum dinheiro, alguma estabilidade económica" (Afonso, 45, professor, 1º); "A maior parte dos residentes são de uma classe média-alta" (João, 47, arquiteto, 1º); "Sob o ponto de vista económico, os residentes têm de ser pessoas com um determinado nível económico…tem de ser uma classe média-alta" (Sara, 53, professora, 1º); "Junto ao rio é mais uma burguesia endinheirada, mais ligada à advocacia e gestão de empresas. Mas tenho vizinhos que é mais um misto" (Ricardo, 49, informático, 2º).

[8] "Os visitantes perturbam-me às vezes (…) quero dar um passeio e há gente a mais" (Afonso, 58, empresário, 1º); "Por vezes os visitantes acabam por condicionar a minha vivência" (Ana, 47, consultora, 1º); "Eu evito ir a meio da manhã e à tarde passear junto ao rio nos fins de semana (…) se for de manhã cedo é tranquilíssimo. Mas as pessoas comentam que aos fins de semana não se pode sair 'Para sair é sair daqui!'. Continua a haver um evitamento porque fica desagradável uma pressão enorme de gente e não se consegue ter tranquilidade num espaço verde" (Pedro, 45, professor universitário, 2º).

[9] "Aqui às vezes nota-se um certo elitismo na forma de ser das pessoas…é a pessoa fazer-se mais do que aquilo que é" (Vasco, 41, gestor, 1º); "Aqui há pessoas que, enfim, têm a mania porque 'vivem na expo'. Acho que para essas pessoas viver na Expo dá-lhes estatuto social e pensam que os outros os podem valorizar mais por isso" (Gil, 40, técnico comercial, 1º); "Agrada-me partilhar o espaço com o tipo de pessoas que aqui vive. É um espaço com estatuto social elevado e, na faculdade ou aqui em casa, dou-me com pessoas formadas e gosto também que os meus vizinhos sejam esse tipo de pessoas" (Raul, 30, engenheiro, 1º); "O que os outros pensam quando eu digo que morro no Parque das Nações é que sou uma privilegiada (…) geralmente é associado sempre a que se tem uma qualidade de vida acima da média, um rendimento acima da média" (Carla, 56, consultora, 2º).

[10] "Eu continuo a achar que vivo em Lisboa embora o meu município de residência seja Loures. Para mim isto não faz sentido" (Dora, 44, professora, 1º); "Eu considero que que moro em Lisboa, embora pertença à freguesia de Moscavide e ao concelho de Loures" (Mateus, 68, aposentado, 1º); "Existe de facto aquela questão de 'ser de Lisboa' ou 'ser de Loures' e para mim, tenho de ser honesto, faz um bocadinho de diferença e acaba por ser a questão do prestígio" (Vasco, 41, gestor,1º); "Loures é subúrbio e então se falarmos em prestígio…se eu moro na Expo, a que propósito iria pertencer ao concelho de Loures? Nem Morta!" (Ana, 47, consultora, 1º); "Acho que para algumas pessoas daqui pertencer a Loures é fator de algum desprestígio. Ouvem-se comentários do tipo 'aqueles devem estar na zona de Loures' para censurar alguns comportamentos, e às vezes até nem estão, são da zona de Lisboa" (Beatriz, 57, decoradora, 1º).

A integração de todo o Parque das Nações no concelho de Lisboa e formando uma nova freguesia[11] viria, finalmente, conferir a este território a unidade administrativa que ele sempre reclamou, tanto por via do plano urbanístico, como por via das identidades sócioespaciais construídas. Contudo, o território da mais recente freguesia lisboeta incorporou uma parte da antiga freguesia de Santa Maria dos Olivais, de características socioeconómicas e urbanísticas bem contrastantes com o Parque das Nações. Este "acrescento" corresponde à zona poente, abrangendo o Casal dos Machados, Quinta das Laranjeiras, Bairro do Oriente, Bairro da Centieira e Estrada de Moscavide (Figura 2).

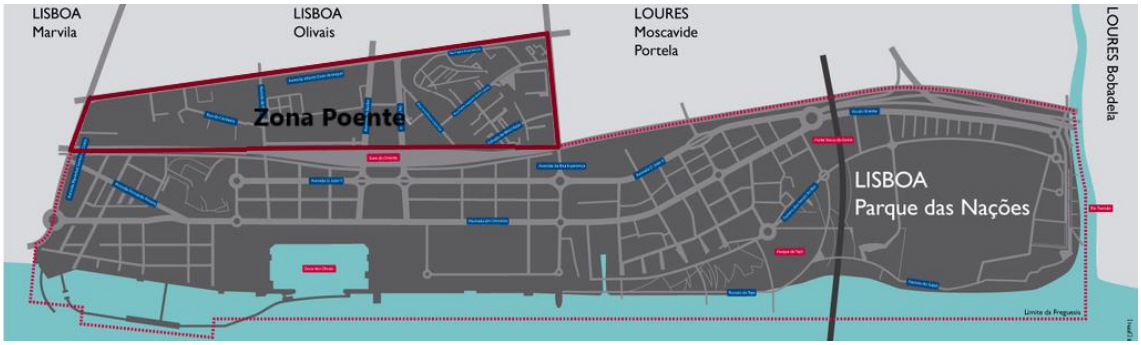

Figura 2. Limites da freguesia do Parque das Nações e delimitação da zona poente. Fonte: *Site* da Junta de freguesia do Parque das Nações (adaptado).

Uma zona poente composta por Bairros municipais e de habitação social, misturada com construções centenárias em lugares que já terão sido bairros, e outras mais recentes cuja identificação bairrista surge algo baralhada nesta nova reconfiguração administrativa[12] (Figura 3).

Não é só a linha de caminho de ferro que separa a zona poente da freguesia do Parque das Nações do território original. O Diagnóstico Social elaborado em 2015 pela junta de freguesia do Parque das Nações comprova os contrastes socioeconómicos que distinguem duas realidades paralelas a coexistir sob uma mesma unidade territorial. No entanto, é curioso observar que face a estas assimetrias, todas as outras demarcações espaciais e identitárias apontadas anteriormente acabam por se esbater nos discursos mais recentes dos residentes. Não ignorando a inclusão desta zona poente na freguesia, tanto o contraste social como o isolamento físico deste enclave territorial não constituem uma ameaça ao *status quo* dos residentes do Parque das Nações original[13].

[11] Lei nº 56/2012, de 8 de novembro.

[12] "Na freguesia do Parque das Nações ficou tudo o que era Parque das Nações e absorveram-se partes que eram dos Olivais e Moscavide. É a essas partes que nós 'os finos' costumamos chamar Zona Norte, porque está a norte da linha do comboio. Não estou a falar da zona Norte do Parque das Nações…é claro que no Colégio Pedro Arrupe não é o pessoal do Casal dos Machados que lá anda…" (Carla, 56, consultora, 2º); "É verdade que quem vive nesses bairros [zona poente] consegue ter lá tudo e é capaz de não vir tanto para aqui (…) Essa separação continua a existir, mas ela é muito ditada também pelo modo como se faz a cidade" (Dalila, 50, geógrafa, 2º); "Para a maior parte das pessoas esta configuração é o natural, porque quem vivia na parte de Loures não se identificava com Loures, nem lá ia fazer nada. Desse ponto de vista, esta situação é agora não só pacífica como desejada" (Amélia, 42, advogada, 2º).

[13] "Concordo em absoluto com a preocupação de integrar aquilo que foi retirado da freguesia dos Olivais para integrar na freguesia do Parque das Nações. Porque o Parque das Nações não tem de ser uma área elitista, só com pessoas de classe média-alta (…) tem que ter também essa mistura, porque é isso que faz o espaço e que nos faz também unir" (Amélia, 42, advogada, 2º); "Só sei que essa parte existe [zona poente] porque tenho conhecimento de ações devido a conversas com responsáveis pela junta, mas não noto a presença dessas pessoas por aqui" (Pedro, 45, professor universitário, 2º); "Eu conheço melhor as pessoas que moram aqui na minha zona. Lá para a zona poente eu não costumo ir e não sei dizer como são. Não faço vida lá e não tenho a mínima ideia de como as pessoas se apresentam no dia-a-dia ou de como andam na rua" (Aníbal, 38, engenheiro, 2º); "As pessoas da Quinta das Laranjeiras e do Casal dos Machados tomam esse espaço muito como seu. Para eles, os que vivem no Parque das Nações serão uns deslocados que acabaram de chegar, não têm raízes nenhumas nem identidade nenhuma (…) mas existe de facto uma leitura de pertença a uma classe social superior ou mais endinheirada" (Ricardo, 49, informático, 2º); "Acho que esta área continua muito valorizada e a perceção das pessoas também é essa. Continua a haver a

Quanto aos novos fregueses da zona poente, além de alguma valorização territorial simbólica decorrente da nova situação administrativa, também têm assistido a algumas dinâmicas de cariz assistencialista e solidária, que procuram também alguma integração entre as duas realidades em presença[14]. Contudo, não se vislumbra que essa integração seja alcançável apenas com políticas de maior proximidade[15].

Figura 3. Estrada de Moscavide, zona Poente. Fonte: Autor

Notas finais

Decorridos 20 anos e alterações substantivas no território, não só os discursos dos residentes continuam a defender a mesma "aura" de excecionalidade e espaço privilegiado para caracterizar o Parque das Nações, como as representações sociais e espaciais se mantém enquadradas com o plano urbanístico original. Não ignorando a zona poente que foi anexada pela formação da freguesia e, tão pouco os contrastes socioeconómicos, urbanísticos e simbólicos que ela representa, comprova-se que entre

mesma reação quando eu digo que moro no Parque das Nações. Elas dizem logo 'ah! Vives muito bem, és rico'. Do ponto de vista da perceção que as pessoas têm e da imagem que criam, continua a ser uma coisa especial e muito valorizada, uma coisa à parte. E do ponto de vista do mercado também" (Pedro, 45, professor universitário, 2º).

[14] "Nestes últimos quatro anos a junta tem tentado atenuar essa divisão (…) tem feito esse esforço de integração, principalmente com a ação social: com as refeições para os miúdos nas escolas; com os ATLs – e aí vão os filhos de toda a gente, dos ricos e dos menos ricos, não fazem seleção; com o transporte solidário de pessoas de mais idade; com o centro de dia; com as bibliotecas – há uma no Casal dos Machados; também têm programa de férias para os miúdos; agora com o confinamento foi feita distribuição de comida abrangendo toda a gente e quem aparecia levava…nesse aspeto a junta tem tentado essa inclusão, dentro daquilo que são as suas possibilidades" (Carla, 56, consultora, 2º); "Existem outras iniciativas de ação social porque, parece que não, mas também existe outro Parque das Nações, que está do outro lado da linha do comboio e que tem ali alguns problemas. É preciso ações de apoio aos idosos, recolha de comida junto dos estabelecimentos locais para distribuir à população mais carente…pronto, têm outras ações que eu só conheço por falar com pessoas ligadas à junta" (Pedro, 45, professor universitário, 2º).

[15] "A linha do comboio e a rede viária separam muito toda essa área de cima [zona poente], que está muito espartilhada pela rede viária e que favoreceu muito o automóvel e marca muito este território. Também se torna perigoso andar a pé, correm algum risco de atravessamento e a maior parte das pessoas virá de carro" (João, 60, bancário, 2º); "Aquela parte que pertencia a Moscavide e que era mais antiga foi absorvida pela freguesia e é uma zona mais complicada. Eles [junta] têm tentado fazer um bocado a inclusão, mas a separação existe. Também não vamos ser cretinos ao ponto de dizer que somos todos iguais. Não! Não somos todos iguais (Joana, 42, arquiteta, 2º).

um certo desconhecimento e uma atitude assistencialista mais proactiva, o valor reputacional do Parque das Nações e dos seus residentes se mantém inalterado. Para tal continuam a não ser indiferentes as barreiras físicas que demarcam este território – rede ferroviária e viária –, bem como o caráter discricionário e seletivo intrínseco à conceção urbanística do Parque das Nações.

A seletividade social do Parque das Nações sempre motivou uma confrontação dos residentes com o exterior, quer por via das representações identitárias de classe e de estilos de vida, quer por via dos sentidos de posse e pertença a um território de características únicas. Se essa seletividade determinou o perfil socioeconómico dos residentes contribuindo para um grupo relativamente homogéneo, ela não foi menos eficaz a fortalecer uma identidade social coletiva apoiada num mesmo espaço de pertença. Como tal, não deixa de ser interessante verificar que a anexação de uma zona poente tão contrastante não terá beliscado identidades nem representações sociais, e tão pouco suscitado manifestações adversas relativamente à partilha do espaço. Importaria perceber o que aconteceria se essa zona poente não estivesse física e socialmente isolada da restante freguesia.

Referências Bibliográficas

Atkinson, R., & Bridge, G. (2005). *Gentrification in a Global Context: the new urban colonialism*. London: Routledge.

Bourdieu, P. (1979). *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Cusin, F. (2012). Le Logement, Facteur de Sécurisation pour les Classes Moyennes Fragilisées? *Espaces et Sociétés*, (148–149), 17–36.

Featherstone, M. (1991). *Consumer Culture and Postmodernism*. London: Sage Publications, Ltd.

Featherstone, M. (1997). Culturas globais e culturas locais. In C. Fortuna (Ed.), *Cidade, Cultura e Globalização* (pp. 83–103). Oeiras: Celta.

Gato, M. A. (2014). *Viver no Parque das Nações: espaços, consumos e identidades*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Gato, M. A. (2015). O Consumo de Espaços Residenciais para além dos Valores Económicos. *Sociologia, Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, (Número temático – Práticas de consumo: valores e orientações), 67–92.

La Cecla, F. (2011). *Contra a Arquitectura*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Lees, L. (2008). Gentrification and Social Mixing: toward an inclusive urban renaissance? *Urban Studies*, (45), 2449–2470.

Lury, C. (1997). *Consumer Culture*. Cambridge: Polity Press.

Ponzini, D. (2010). Bilbao Effects and Narrative Defects. *Working Papers Du Programme Villes & Territoires*, (2010), 1–15.

Ponzini, D. (2011). Large scale development projects and star architecture in the absence of democratic politics: The case of Abu Dhabi, UAE. *Cities*, *28*(3), 251–259. https://doi.org/10.1016/j.cities.2011.02.002

Ponzini, D. (2014). The Values of Starchitecture: Commodification of Architectural Design in Contemporary Cities. *Organizational Aesthetics*, *3*(1), 10–18.

Ponzini, D., Fotev, S., & Mavaracchio, F. (2016). Place Making or Place Faking? The Paradoxical Effects of Transnational Circulation of Architectural and Urban Development Projects. In A. P. Russo & G. Richards (Eds.), *Reinventing the local in tourism: producing, consuming and negotiating place* (pp. 153–170). Bristol: Channel View Publications.

Thomas, M.-P., & Pattaroni, L. (2012). Choix Résidentiels et Différentiation de Modes de Vie de Familles de Classes Moyennes en Suisse. *Espaces et Sociétés*, (148–149), 111–127.
Zukin, S. (1995). *The Cultures of Cities*. Oxford: Blackwell Publishing.